

**LEI Nº 1048, DE 29 DE OUTUBRO DE 2025.**

*Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas – CONISA (Consórcio Público Multifinalitário) e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES, ESTADO DE ALAGOAS,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, submete à apreciação desta Câmara Municipal de Olho d'Água das Flores/AL o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º.** Fica ratificado, para todos os fins de direito, o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas – CONISA, Consórcio Público Multifinalitário, subscrito pelo Município de Olho d'Água das Flores – Alagoas - juntamente com os demais entes federados participantes, que, após a presente ratificação, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007.

**Art. 2º.** A participação do Município no CONISA observará o disposto no Protocolo de Intenções e na legislação pertinente, inclusive quanto à personalidade jurídica, governança, finalidades e regras de funcionamento do consórcio, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto nº 6.017/2007.

**Art. 3º.** As obrigações financeiras do Município decorrentes da participação no consórcio serão formalizadas mediante Contrato de Rateio, observadas a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (arts. 15 a 17).

§ 1º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

§ 2º. Poderão ser celebrados Contratos de Programa e outros instrumentos congêneres, quando exigidos para a execução das políticas e serviços de interesse comum, conforme legislação aplicável.

**Art. 4º.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a praticar os atos administrativos necessários à execução desta Lei, inclusive:

**GABINETE DO PREFEITO**

- I** – Firmar o Contrato de Consórcio Público e demais instrumentos correlatos;
- II** – Celebrar o Contrato de Rateio e respectivos aditivos;
- III** – Indicar representantes do Município nos órgãos de governança do consórcio;
- IV** – Firmar contratos, ajustes, convênios e demais instrumentos necessários à consecução dos objetivos consorciados, observada a legislação aplicável.

**Art. 5º.** Ficam convalidados os atos preparatórios praticados pelo Poder Executivo com vistas à formalização da participação do Município no consórcio, desde que compatíveis com o Protocolo de Intenções ora ratificado e com a legislação vigente.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Olho d'Água das Flores/AL, 29 de outubro de 2025.

JOSE LUIZ VASCONCELLOS  
DOS ANJOS:04324539464

JOSE LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS  
Prefeito

Assinado digitalmente por JOSE LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS:04324539464  
NO DUBL, CHICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multiple v5, OU=19943262000118, OU=Presencial,  
OU=Certificado PF A3, CN=JOSE LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS:04324539464  
Razão: Eu concordo com os termos definidos por minha assinatura neste documento  
Localização:  
Data: 2025.10.29 12:20:36-03:00  
Pasta: 005 - Bateria - Unidade 2 n

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES**

**GABINETE PREFEITO**  
**LEI Nº 1048, DE 29 DE OUTUBRO DE 2025.**

*Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas – CONISA (Consórcio Público Multifinalitário) e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS FLORES, ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, submete à apreciação desta Câmara Municipal de Olho d'Água das Flores/AL o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º.** Fica ratificado, para todos os fins de direito, o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas – CONISA, Consórcio Público Multifinalitário, subscrito pelo Município de Olho d'Água das Flores – Alagoas - juntamente com os demais entes federados participantes, que, após a presente ratificação, converter-se-á em Contrato de Consórcio Público, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007.

**Art. 2º.** A participação do Município no CONISA observará o disposto no Protocolo de Intenções e na legislação pertinente, inclusive quanto à personalidade jurídica, governança, finalidades e regras de funcionamento do consórcio, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto nº 6.017/2007.

**Art. 3º.** As obrigações financeiras do Município decorrentes da participação no consórcio serão formalizadas mediante Contrato de Rateio, observadas a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (arts. 15 a 17).

§ 1º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

§ 2º. Poderão ser celebrados Contratos de Programa e outros instrumentos congêneres, quando exigidos para a execução das políticas e serviços de interesse comum, conforme legislação aplicável.

**Art. 4º.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a praticar os atos administrativos necessários à execução desta Lei, inclusive:

**I** – Firmar o Contrato de Consórcio Público e demais instrumentos correlatos;

**II** – Celebrar o Contrato de Rateio e respectivos aditivos;

**III** – Indicar representantes do Município nos órgãos de governança do consórcio;

**IV** – Firmar contratos, ajustes, convênios e demais instrumentos necessários à consecução dos objetivos consorciados, observada a legislação aplicável.

**Art. 5º.** Ficam convalidados os atos preparatórios praticados pelo Poder Executivo com vistas à formalização da participação do Município no consórcio, desde que compatíveis com o Protocolo de Intenções ora ratificado e com a legislação vigente.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Olho d'Água das Flores/AL, 29 de outubro de 2025.

**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS DOS ANJOS**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Luciana Silva Melo da Rocha  
**Código Identificador:**BED161C0

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas no dia 30/10/2025. Edição 2672

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/ama/>





**CONISA**  
Consórcio Intermunicipal  
do Sertão de Alagoas

## **1ª ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SERTÃO DE ALAGOAS – CONISA**

Os Municípios que compõem o **Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas - CONISA**, reunidos em Assembleia Geral, formalizam e aprovam as alterações no presente Protocolo de Intenções para a consecução dos objetivos delineados no Contrato de Consórcio Público, com observância na adequação à Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto Federal nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Fortalecendo a entidade como associação pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica.

### **TÍTULO I**

#### **DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO E FINALIDADE**

### **CAPÍTULO I**

#### **DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO**



Art. 1º O **Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas** –CONISA – constitui-se sob a forma de associação pública com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, regendo-se pelos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Art. 2º. O CONISA é composto pelos Municípios de Batalha; Cacimbinhas; Carneiros; Canapi; Dois Riachos; Delmiro Gouveia; Inhapi; Jaramataia; Major Izidoro; Monteirópolis; Maravilha; Ouro Branco; Olho d'Água das Flores; Olivença; Palestina; Pão de Açúcar; Poço das Trincheiras; São José da Tapera; Santana do Ipanema e Senador Rui Palmeira. Todos com leis de ratificação do protocolo de intenções aprovadas pelo Poder Legislativo local e em vigor.

§1º: Os municípios fundadores são: Santana do Ipanema, Dois Riachos, Poço das Trincheiras, Olivença, Palestina, Pão de Açúcar, Maravilha, Ouro Branco, Senador Rui Palmeira, São José da Tapera e Carneiros.

Parágrafo único. O rol de entes federativos integrantes do Consórcio Público poderá ser ampliado ou diminuído, a depender da retirada ou exclusão e ingresso de ente federativo.

Art. 3º - É facultado o ingresso de novos consorciados no CONISA, a qualquer momento e a critério do Conselho de Prefeitos, o que se fará por termo aditivo firmado pelo seu Presidente e pelo Prefeito do Município que desejar consorciar-se, do qual constará a lei municipal autorizadora.

## **CAPITULO II**

### **DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO**

Art. 4º O CONISA terá sede na Rua Sebastião Pereira Bastos, nº 708, Bairro Monumento, na cidade de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas.

Art. 5º A área de atuação do Consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.



Art. 6º O CONISA terá duração indeterminada.

### **CAPITULO III**

#### **DAS FINALIDADES E OBJETIVOS**

Art. 7º - O CONISA tem por finalidade e objetivo defender, ampliar, promover, fortalecer e desenvolver a implementação dos serviços públicos e das múltiplas políticas públicas setoriais, bem como a capacidade administrativa, técnica e financeira dos Consorciados, considerando sempre a minimização de custos e a maximização de benefícios e, notadamente:

I – promover o desenvolvimento sustentável dos municípios consorciados, entendendo-se este, como o processo de mudança social e de elevação das oportunidades das comunidades locais, compatibilizando sempre o crescimento econômico, a conservação ambiental, o acesso à água para o consumo humano e a pequena produção familiar, habitação e o desenvolvimento ambiental e a qualidade social, a partir de um claro compromisso com o futuro e da solidariedade entre gerações;

II – viabilizar o planejamento integrado de obras e serviços públicos locais e de caráter regional e sua execução compartilhada, identificados mediante processo permanente de participação efetiva das pessoas beneficiadas e favorecendo a permuta de recursos financeiros, humanos e materiais e de equipamentos entre os municípios;

III – realizar gestões coletivas para captação de recursos e para ampliar os programas federais e estaduais nos municípios consorciados, desenvolvendo articulações sistemáticas com entidades governamentais, não-governamentais e internacionais;

IV – promover fórmulas articuladas de planejamento do desenvolvimento regional sustentável, criando mecanismos conjuntos para consulta, estudo, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram em sua área territorial, especialmente no que se refere a:

V – as ações e os serviços de saúde coerentes com os princípios do SUS;

VI – viabilizar investimentos de maior complexidade que aumentem a resolutividade das ações e serviços de saúde na área de abrangência do Consórcio, priorizando dentro do possível a resolutividade instalada;

VII – garantir o controle popular no setor saúde da região, pela população dos municípios consorciados;

VIII - representar o conjunto dos municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas ou privadas;

IX - racionalizar os investimentos de compras, bem como os de uso de serviços de saúde na região da abrangência do CONISA;





X - planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover a saúde dos habitantes dos municípios consorciados e implantar serviços;

XI – realizar a compra de medicamentos a pedido dos municípios consorciados, através de uma central de compras, utilizando-se, para tanto, de processo legal para aquisição, com o propósito de reduzir o custo dos mesmos;

XII – adquirir e ou receber em doações bens que entender necessários ao seu pleno funcionamento;

XII – realizar gestão associada de outros serviços públicos, com ações e políticas de desenvolvimento rural, urbano e socioeconômico local e regional, notadamente nas áreas da: saúde, educação, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio, turismo, meio ambiente, abastecimento, transportes, trânsito, obras, projetos, gestão, comunicação e segurança;

XIV – prestar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura, institucionais, notadamente: saúde, educação, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio, turismo, meio ambiente, abastecimento, transportes, trânsito, obras, projetos, gestão, comunicação e segurança;

XV - oportunizar a capacitação profissionalizante da população dos municípios consorciados, com o fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento;

XVI - promover o planejamento, a gestão e a administração dos serviços e recursos da previdência social dos servidores de qualquer dos entes da Federação que integram o Consórcio, observado o disposto no inciso X, do art. 3º do Decreto 6.017/2007;

XVII – proporcionar suporte e condições efetivas às administrações dos municípios consorciados em projetos de desenvolvimento regional e de implantação de infraestrutura urbana e rural, podendo, para tanto, criar Câmaras Setoriais, inclusive;

XVIII – fazer cessão de bens mediante convênio ou contrato com os municípios consorciados ou entidades sem fins lucrativos;

XIX - gerenciar e executar serviços de construção, conservação e manutenção de vias públicas municipais e de obras públicas;

XX – Adquirir, contratar e utilizar patrulhas, veículos e equipamentos, rodoviários, agrícolas, escolar, de saúde e de apoio administrativo a gestão;

XXI – Prestar assistência técnica de extensão rural;

XXII – Implementar estrutura para a coleta e reciclagem de resíduos sólidos e executar os serviços correspondentes;





- XXIII – Elaborar e executar projetos, programas, treinamentos e demais ações que contribuam para a qualificação e implementação de serviços em todas as áreas de atuação das municipalidades;
- XXIV – Adotar posturas voltadas à concretização das normas de proteção ambiental, inclusive à reparação de passivos existentes;
- XXV – Fomentar ações de desenvolvimento do turismo nos municípios;
- XXVI – Fomentar as áreas de cultura, esporte, lazer e educação promovendo ações e obras necessárias;
- XXVII – Desenvolver o comércio, a indústria, o setor de telecomunicações e tecnologias de interesse dos municípios consorciados;
- XXVIII – Promover o acesso à moradia digna e as condições de urbanidade e salubridade, com ações captação de recursos e execução de obras e serviços;
- XXIX - realizar licitação compartilhada cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados;
- XXX - realizar ações compartilhadas ou cooperadas de defesa civil seja de capacitação de técnicos, elaboração de planos de ação de prevenção e ou de resposta a desastres;
- XXXI - execução de ações de assistência social e de segurança alimentar e nutricional, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- XXXII - proporcionar infraestrutura e desenvolvimento da região, buscando a realização de serviços regionalizados nas mais diversas áreas de atuação;
- XXXIII - realizar ações compartilhadas que visem garantir assistência à saúde dos servidores públicos dos entes consorciados;
- XXXIV – promoção e elaboração de estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia, arquitetura e correlatos, de modo a atender as necessidades dos municípios consorciados;
- XXXV - promover e executar ações e desenvolver mecanismos de coleta, transporte, gestão, tratamento, reciclagem, compostagem, seleção e disposição final de resíduos sólidos;
- XXXVI - promoção de estudos e serviços de assessoria nas áreas: administrativa, jurídica, contábil, licitações, convênios e tributária;
- XXXVII - a instituição e o funcionamento de escolas de governo ou de estabelecimentos congêneres;
- XXXVIII - a gestão e a proteção de patrimônio urbanístico, paisagístico, histórico e/ou turístico comum;



XXXIX - assegurar e prestar os serviços de inspeção e fiscalização sanitária animal e vegetal de acordo com os princípios e definições da sanidade agropecuária, nos municípios consorciados, dentro dos padrões e normas técnicas

XL – articular e estimular ações nos municípios consorciados a fim de viabilizar programas de segurança alimentar e de desenvolvimento local, envolvendo arranjos socioeconômicos socialmente justos, econômica e ecologicamente sustentáveis e estruturando cadeias produtivas em processos associativos ou cooperativos e solidários;

XLI – constituir ou contratar equipes de assistência técnica, responsáveis por Programas de Apoio e Desenvolvimento da Agroindústria, integrando as iniciativas em Rede de maneira a construir conjuntamente estratégias de viabilização dos empreendimentos;

XLII – criar instrumento de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, com a respectiva inspeção e classificação de produtos destas origens, bem como de seus subprodutos e resíduos de valor econômico, mantendo controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados às empresas cadastradas e aos municípios consorciados;

XLII – constituir conjuntamente os requisitos para obtenção da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão aos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários

XLIII – prestar serviço de assessoria no auxílio aos municípios consorciados na retirada e procedimentos de licenciamento ambiental de obras e de regularização das atividades já existentes;

XLIV – ofertar serviços de apoio a modernização da gestão com a elaboração de sistemas e softwares de auxílio nas atividades administrativas;

XLV – contratar ou credenciar serviços, consultas, procedimentos e exames clínicos;

XLVI – contratar pessoal técnico para atuar nas áreas de saúde e demais áreas de atuação dos Municípios consorciados;

XLVII - O CONISA tem por finalidade gerir e executar os serviços de licenciamento ambiental, englobando a análise técnica, emissão, renovação, monitoramento, fiscalização e revisão de licenças ambientais, de acordo com as normas legais aplicáveis. O órgão também é responsável por promover a conscientização ambiental, garantir o cumprimento das legislações ambientais vigentes, fomentar o desenvolvimento sustentável e atuar na prevenção e mitigação de impactos ambientais, assegurando o equilíbrio entre as atividades econômicas e a preservação dos recursos naturais.

Parágrafo único. Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades objeto da instituição do Consórcio ou apenas em relação à parcela destas.

Art. 8º - Para o cumprimento de suas finalidades e objetivos, o CONISA poderá:

I - adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio;



II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do governo;

III - prestar serviços de qualquer natureza, especialmente compra de itens previstos nos serviços propostos pelo consórcio, através de procedimentos legais e a pedido de seus consorciados, bem como assistência técnica, inclusive, recursos humanos e materiais;

IV – promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de interesse público ou necessidade pública ou interesse social realizada pelo Poder Público, devidamente justificadas;

V – emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos, pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados, ou, mediante autorização específica, pelos municípios consorciados.

VI – promover outros atos e ações devidamente aprovadas por assembleia geral.

## **CAPITULO IV**

### **DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS**

Art. 9º - São direitos dos consorciados:

I – usufruir de todos os benefícios e serviços oferecidos pelo consórcio, em igualdade de condições;

II – participar efetivamente das Assembleias Gerais;

III – votar e ser votado;

a. apenas os Municípios Fundadores do CONISA tem direito de comporem chapas para candidatura a Presidência.

IV – indicar novos sócios;

V – convocar reunião extraordinária em conjunto com, no mínimo, um terço dos consorciados;

VI – garantir o acesso universal, equânime e gratuito dos seus munícipes aos serviços e ações contratados com o Consórcio;

VII – receber todas as informações geradas pelo Consórcio que possam ser úteis ao aperfeiçoamento dos serviços e ações contratados, no seu município;

VIII – apresentar sugestões de programas e/ou ações que possam ser úteis para melhorar os serviços prestados aos municípios consorciados;

VIX – exigir, quando adimplente, o pleno cumprimento das cláusulas do Estatuto, do Protocolo de Intenções e dos Contratos de Rateio.

Art. 10º - São deveres dos consorciados:

I– participar das Assembleias Gerais;

II– concorrer para a realização dos objetivos do consórcio;

III– efetuar a contribuição econômico-financeira pontualmente, na forma definida em Assembleia Geral, convocada para esta finalidade.

IV.- indicar e ceder servidores para auxiliar nas atividades do consórcio, sempre que necessário e/ou solicitado, dentro das condições definidas;

V.responder pelas obrigações assumidas pelo Consórcio;

VI.incluir no Orçamento Municipal a dotação devida ao Consórcio;

VII.apresentar sugestões de programas e ou ações que possam ser úteis ao conjunto dos municípios consorciados;

VIII. fomentar, no que couber, a integração de outros Municípios no consórcio.

Parágrafo Único – A inobservância dos deveres de consorciados poderá incorrer na suspensão do gozo dos direitos do município que assim proceder.

## **TÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DA ESTRUTURA E DAS COMPETÊNCIAS DO CONSÓRCIO**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 11º - O CONISA terá a seguinte estrutura administrativa:

I – Assembleia Geral;

II– Presidência;

III - Superintendência;

IV– Secretaria Executiva;

V– Conselho Fiscal;

VI – Câmaras e Núcleos Setoriais.

#### **Seção I**

#### **DA ASSEMBLEIA GERAL**





Art. 12º - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo, constituído pelos representantes constitucionais dos municípios consorciados, soberana nas resoluções, deliberadas por maioria simples de aprovação e de consorciados.

Parágrafo único. Será permitida a representação do Prefeito para fins de participação em Assembleia Geral, mas sem direito a voto.

Art. 13º - Compete à Assembleia Geral:

I– deliberar sobre todos os temas, fatos e atividades a serem desenvolvidas pelo Consórcio;

II– aprovar e reformar o Regimento Interno do Consórcio, dispondo ainda sobre suas omissões;

III– definir a forma de contribuição dos municípios ao Consórcio;

IV– aprovar o plano de atividades, programas de trabalho e as propostas orçamentárias anuais e plurianuais e definir as políticas patrimonial e financeira; V – deliberar sobre a escolha, remuneração de seus empregados, aquisição de bens e contratação de serviços de terceiros;

V– deliberar sobre a escolha, remuneração, afastamento ou demissão do Secretário Executivo;

VI– apreciar a prestação de contas e o relatório de atividade, no ano subsequente à sua execução, em reunião convocada especialmente para esta finalidade;

VII– autorizar a alienação dos bens do consórcio;

VIII– deliberar sobre a execução ou suspensão de consorciados;

IX– deliberar sobre alterações do Estatuto;

X– deliberar sobre a mudança de sede;

XI– eleger o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Art. 14º - A Assembleia Geral reunir-se-á a cada bimestre ordinariamente, convocadas com antecedência de oito dias, com local e hora pré-estabelecidos.

Art. 15º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente, por convocação do Presidente do Consórcio, na existência de pauta para deliberação, ou, por convocação justificada de, no mínimo, 1/3 (um terço), dos consorciados.

## **Seção II**

### **DA PRESIDÊNCIA**

Art. 16º - O Consórcio será representado por um Presidente, Um Vice-presidente, Um Administrativo e Um Financeiro eleitos, por voto secreto ou por aclamação, pela

Assembleia Geral que decidirá sobre o pleito, para um mandato de 02 (dois anos), permitida a recondução por igual período.

Art. 17º - É da competência do Presidente:

- I – presidir as reuniões da Assembleia Geral;
- II – convocar Assembleia Geral ordinária e extraordinariamente;
- III – cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;
- IV – empossar o Conselho Fiscal e o Secretário Executivo;
- V – movimentar ou delegar a movimentação das contas do Consórcio, total ou parcialmente, ao Vice-presidente, em conjunto com o responsável pela contabilidade do mesmo.
- VI – contratar empregados para execução de serviços administrativos de apoio à Secretaria Executiva;
- VII – assinar as portarias que instituírem as políticas dos programas do projeto.

Art. 18º - Ao Vice-presidente do CONISA compete substituir o presidente nas suas ausências e impedimentos.

### **Seção III**

#### **DA SUPERINTENDÊNCIA**

Art. 19. Fica criada a Superintendência do Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas (CONISA), órgão executivo com o objetivo de implementar, coordenar e supervisionar as atividades e projetos definidos pela Assembleia Geral e pela Presidência.

Art. 20. A Superintendência será composta por um Superintendente e equipe técnica, indicados e nomeados pela Presidência do CONISA.

§1. A estrutura organizacional da Superintendência será definida em regulamento interno.

Art. 21. Compete à Superintendência:

- I – Planejar, coordenar e executar as atividades operacionais e administrativas do CONISA;
- II – Implementar as deliberações da Assembleia Geral e as determinações da Presidência;
- III – Elaborar e submeter à Presidência relatórios periódicos sobre as atividades realizadas;
- IV – Gerenciar os recursos financeiros, materiais e humanos alocados ao CONISA;
- V – Promover a articulação com os Municípios Consorciados e outras instituições para garantir o cumprimento dos objetivos do Consórcio;



VI – Exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pela Presidência ou pela Assembleia Geral.

Art. 22. – Disposições Complementares

§1. O Superintendente deverá apresentar qualificação técnica compatível com as funções exigidas pelo cargo.

§2. O mandato do Superintendente será coincidente com o mandato da Presidência que o indicou, sendo permitida a recondução.

§3. Os casos omissos ou controversos relativos à Superintendência serão decididos pela Assembleia Geral do CONISA.

## **Seção IV**

### **DA SECRETARIA EXECUTIVA**

Art. 23 - A Secretaria Executiva é o órgão executivo do Consórcio, constituído por um Secretário Executivo;

Art. 24 - É da competência do Secretário Executivo:

I – responder pela execução das atividades do CONISA;

II – fornecer à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e ao Presidente todas as informações e documentos comprobatórios que lhe sejam solicitados;

III – elaborar Plano de Atividades, Programas de Trabalho, Portarias das Políticas dos Programas do Consórcio, a serem submetidas à Assembleia Geral; IV – providenciar para que a contabilidade cumpra todas as exigências de controle econômico e financeiro da entidade, instituídas na legislação específica, fazendo publicar o balanço anual do CONISA, nos municípios consorciados a critério de seus representantes;

IV– movimentar as contas bancárias e recursos do Consórcio em conjunto com o presidente ou seu vice, quando pelo primeiro delegado ao segundo esta atividade.

V– elaborar ,guardar e zelar toda documentação oficial do Consórcio.

## **Seção V**

### **DO CONSELHO FISCAL**

Art. 25. - O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador, constituído por três representantes dos municípios consorciados, sendo dois titulares e um suplente, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de dois (02) anos podendo serem reconduzidos por igual período e presidido pelo titular escolhido pelos próprios componentes do Conselho.

Art. 26. - Compete ao Conselho Fiscal:

- I– acompanhar e fiscalizar permanentemente as operações econômicas e financeiras da entidade;
- II– exercer controle de gestão de finalidade do CONISA;
- III– emitir parecer sobre todos os documentos contábeis do Consórcio;
- IV– denunciar as anormalidades que constatar na contabilização dos recursos e nos relatórios de atividade e gestão à Assembleia Geral, convocando reunião extraordinária da mesma, em julgando necessário.

## Seção VI

### DAS CÂMARAS E NÚCLEOS TEMÁTICOS

Art. 27. - As Câmaras e Núcleos Temáticos serão criadas, alteradas e extintas por resolução da Assembleia Geral que lhe atribuirá nome, estrutura, funções específicas, autorização para gestão associada, prazo de duração e seu coordenador, que será indicado pela qualificação técnica, relativa ao tema proposto.

Art. 28. - São objetivos gerais das Câmaras Temáticas:

- I. Assessorar tecnicamente a estrutura do consórcio quanto a temas de interesse da entidade e dos seus consorciados;
- II. Auxiliar na elaboração das políticas, diretrizes e planos de atividades, programas executivos e da proposta orçamentária anual, respectivamente a sua área de atuação;
- III. Planejar, coordenar e executar programas, projetos e atividades de interesses comuns aos municípios membros do CONISA;
- IV. Propor a contratação de consultores e especialistas para realização de estudos técnicos ligados aos objetivos específicos da Câmara Temática, quando a complexidade da matéria assim o exigir;
- V. Propor a celebração de convênios com estabelecimentos de ensino superior e outras entidades públicas; termos de parceria com organizações da sociedade civil de interesse público; e contratos de gestão com organizações sociais, tendo em vista o aumento da eficácia da política pública desenvolvida naquela Câmara.

## Seção VII

### DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 29. O presente capítulo disciplina o processo eleitoral para a escolha da Presidência do Consórcio Intermunicipal do Sertão de Alagoas (CONISA), observando os princípios da transparência, legalidade e democraticidade.



Art. 30. Somente os Municípios Fundadores do CONISA terão o direito de disputar a Presidência do Consórcio, em reconhecimento ao seu papel na formação e consolidação da entidade.

§1. Os candidatos à Presidência deverão ser, obrigatoriamente, Chefes do Poder Executivo Municipal do respectivo Município Fundador.

Art. 31. O mandato do Presidente do CONISA terá duração de quatro (4) anos, iniciando-se na data de sua posse e encerrando-se ao final do período estabelecido.

§1. Será permitida a recondução do Presidente para um único período subsequente, desde que o mesmo continue exercendo o cargo de Chefe do Poder Executivo Municipal do Município Fundador ao qual pertence.

Art. 32 – Processo Eleitoral:

§1. A eleição para a Presidência do CONISA ocorrerá em Assembleia Geral convocada para este fim, com no mínimo 08 (oito) dias de antecedência.

§2. O processo eleitoral será conduzido por uma Comissão Eleitoral composta por 3 (três) membros, escolhidos entre representantes dos Municípios Consorciados, sendo vedada a participação de candidatos na Comissão.

§3. A votação será secreta, e cada Município Consorciado terá direito a um voto, sendo declarado eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos apurados.

Art. 33. Disposições finais e transitórias:

§1. Os casos omissos ou eventuais conflitos de interpretação deste capítulo serão resolvidos pela Assembleia Geral do CONISA, observando-se o disposto no Estatuto do Consórcio.

§2. Esta seção entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral do CONISA, revogadas as disposições em contrário.

### **TÍTULO III**

## **DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO**

### **CAPÍTULO I**

### **DO QUADRO DE PESSOAL**

Art. 34 - O CONISA contará com quadro de pessoal integrado, que serão preenchidas e alocadas em funções comissionadas, obedecendo a legislação trabalhista em vigor.

Parágrafo único – A criação, extinção, remuneração e carga horária dos cargos em comissão do consórcio será aprovado em Assembleia Geral, por maioria simples dos votos.



Art. 35 - O CONISA poderá contratar pessoal por tempo determinado, obedecendo suas necessidades e legislação pertinente.

Parágrafo único – O processo de contratação deverá obedecer, critérios técnicos e ficará sob a indicação e acompanhamento do Presidente e do Secretário Executivo.

## **CAPITULO II**

### **DAS CONTRATAÇÕES**

Art. 36 - As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo CONISA observarão as normas de licitações públicas e de contratos administrativos.

Art. 37 - Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo CONISA deverão ser publicados na imprensa oficial.

## **TÍTULO IV**

### **DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

#### **CAPITULO I DO PATRIMÔNIO**

Art. 38. O patrimônio do CONISA será constituído:

I- pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II- pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

#### **CAPITULO II**

#### **DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Art. 39 - Constituem recursos financeiros do CONISA:

I – a quota mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio;

II - a remuneração dos próprios serviços prestados;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV- os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;



VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

Art. 40 - A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública.

### **CAPITULO III**

#### **DOS BENS E DOS SERVIÇOS**

Art. 41 - Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos e aos serviços prestados pelo Consórcio Público.

Art. 42 - Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado pode colocar à disposição do CONISA os bens de seu próprio patrimônio e os serviços de sua própria administração para uso comum, de acordo com a regulamentação.

### **TÍTULO V**

#### **DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

##### **CAPITULO I**

#### **DA AUTORIZAÇÃO PARA A GESTÃO ASSOCIADA**

Art. 43 - Os entes consorciados poderão autorizar o CONISA a realizar a gestão associada de qualquer serviço público remunerado ou não pelo usuário, desde que a referida gestão seja previamente aprovada pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. A autorização para gestão associada de serviços públicos aprovada em Assembleia Geral deverá conter os seguintes requisitos:

I.as competências cujo exercício se transferiu ao consórcio;

II.os serviços públicos objeto da gestão associada e a área em que serão prestados;

III.a autorização para licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação de serviços;

IV.as condições a que deve obedecer ao contrato de programa, no caso de a gestão associada envolver também a prestação de serviços por órgão ou entidade de um dos entes consorciados; e

V.os critérios técnicos para cálculo de valor das tarifas e de outros preços públicos, bem como para seu reajuste ou revisão.

Art. 44 - Para consecução da gestão associada, os entes transferem ao consórcio o exercício das competências de planejamento, da regulação, da fiscalização e da execução dos serviços públicos.

Art. 45 - Os Municípios prestam consentimento para o consórcio licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização na prestação dos serviços.

Art. 46 - Ao Consórcio somente é permitido comparecer a contrato de programa para:

- a) Na condição de contratado, prestar serviços públicos relacionados ao objeto consorciado, por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, tendo como contratante Município consorciado;
- b) Na condição de contratante, delegar a prestação de serviços públicos relacionados ao objeto consorciado a órgão ou entidade de ente consorciado.

## **CAPITULO II**

### **DO CONTRATO DE PROGRAMA**

Art. 47 - Ao Consórcio é permitido celebrar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou por meio de terceiros, sob sua gestão administrativa ou contratual:

I- o disposto nesta cláusula permite que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

II- o Consórcio também poderá celebrar Contrato de Programa com Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração direta ou indireta dos entes consorciados;

§ 1º São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I- o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II- o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III- os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV- o cálculo de tarifas, taxas e de outros preços públicos na conformidade da regulação dos serviços a serem prestados;

V- procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

VI- possibilidade de emissão de documento de cobrança e de exercício da atividade de arrecadação de tarifas e preços públicos;

VII- os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;



VIII - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços; IX - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

X - as penalidades e sua forma de aplicação; XI - os casos de extinção;

XII- os bens reversíveis;

XIII- os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XIV- a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XV- a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XVI- o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

§ 2º No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I- os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II- as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III- o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV- a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

§ 3º Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigorar o Contrato de Programa.

§ 4º Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 5º Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operação de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 6º A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente dos referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

§ 7º O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;

II - extinção do Consórcio.

§ 8º Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação de regência.

§ 9º No caso de desempenho de serviços públicos pelo Consórcio, o planejamento, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

### **CAPITULO III**

#### **DO CONTRATO DE RATEIO**

Art. 48 - A fim de transferir recursos ao CONISA será formalizado, em cada exercício financeiro, contrato de rateio entre os entes consorciados.

I- O prazo de vigência do contrato não será superior ao das dotações que o suportarem, ressalvadas as hipóteses dispostas no § 1º, artigo 8º, da Lei nº. 11.107/2005;

II- Cada ente consorciado efetuará a previsão de dotações suficientes na lei orçamentária ou em créditos adicionais, sob pena de suspensão e, depois, exclusão do Consórcio.

### **TÍTULO VI**

#### **DA RETIRADA, EXCLUSÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO**

##### **CAPITULO I**

##### **DA RETIRADA**

Art. 49 - Cada sócio poderá se retirar, a qualquer momento do Consórcio desde que denuncie sua contratação num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

##### **CAPITULO II**

##### **DA EXCLUSÃO**



Art. 50 - Será excluído do Consórcio o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida ao Consórcio assumida em contrato de rateio.

Parágrafo Único - A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

Art. 51 - Será igualmente excluído o consorciado inadimplente por período superior a 90 (noventa) dias com as obrigações assumidas em contrato de rateio.

Parágrafo Único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

### **CAPITULO III**

#### **DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO**

Art. 52 - A alteração e a extinção de Contrato de Consórcio Público serão por instrumentos aprovados pela Assembléia Geral, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao Consórcio.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

### **TÍTULO VII**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 53 - A Assembleia Geral deliberará quanto à participação econômica ou financeira dos municípios consorciados quanto da ocorrência de projetos ou programas cujos interesses comuns não se estendam a todos os integrantes do CONISA.

Art. 54 - A Secretaria Executiva providenciará minuta do Regimento Interno do Consórcio a ser apreciada e aprovada pela Assembleia Geral.



Art. 55 - Os consorciados obrigam-se a fazer constar nos respectivos orçamentos, os recursos necessários para suprir as despesas decorrentes das obrigações estabelecidas em Assembleia Geral.

Art. 56 - Os consorciados comprometem-se, em sendo necessário a abrir crédito adicional especial para efeitos previstos no artigo anterior referente ao presente exercício financeiro.

Art. 57 – Em observância ao princípio da publicidade, o CONISA publicará em jornal de circulação regional as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira, contratual, inclusive as que digam respeito a admissão de pessoal, bem como permitirá o acesso da população às reuniões e aos documentos que produzir, salvo os considerados sigilosos.

Art. 58 - O Consórcio será regido pelas normas de Direito Público, sobretudo de índole constitucional, pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e seu regulamento, pelas disposições do Contrato de Consórcio Público, deste instrumento, bem como pelas leis ratificadoras, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram.

§ 1º A interpretação do disposto neste instrumento deverá ser compatível com o exposto na lei de regência e com os seguintes princípios:

I- respeito à autonomia dos Entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II- solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III- eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV- transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;

V- eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

VI- respeito aos demais princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo CONISA sejam coerentes principalmente com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

§ 2º O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio.

§ 3º Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos Consórcios públicos e à Administração Pública em geral.



Art. 59 - O presidente eleito deverá providenciar o registro do presente instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na comarca de Santana do Ipanema/AL.

Santana do Ipanema, 08 de janeiro de 2025.

Rozineide Barbosa de Araújo Camilo

Presidente Eleita do CONISA

GABINETE DO PREFEITO

Processo: **20251002059-AVFG**

Interessado: **SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE**

Assunto: Encaminhamento de Plano de Trabalho e Orçamento – Solicitação nº  
20251002059-AVFG / Processo CONISA nº 10170001

**DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO**

Em atenção à solicitação nº **20251002059-AVFG**, e conforme resposta encaminhada pela **CONISA** ao pedido de orçamento, encaminho o presente expediente contendo o Plano de Trabalho elaborado pela empresa Projetos e Consultoria - ME, referente à Elaboração do Projeto de Engenharia e Arquitetura para Construção da Nova Unidade Mista Adélia Abreu Vilar, neste município de Olho d'Água das Flores/AL.

Solicito que seja feita a análise e manifestação técnica da Secretaria de Saúde quanto ao conteúdo e valores apresentados, para posterior deliberação e continuidade do processo administrativo CONISA nº 10170001.

Após análise, favor devolver o processo a este Gabinete com parecer conclusivo.

Olho d'Água das Flores/AL, 04 de novembro de 2025.

Kelly Maria Lisboa Correia.  
Chefe de Gabinete  
Prefeitura Municipal de Olho d'Água das Flores/AL